**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE AGOSTO DE 2019 DO CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA.**

Aos 07 dias do mês de Agosto de 2.019, realizou-se a reunião ordinária do CECF, em sua sede. No horário regimental a presidente Mariazinha iniciou a reunião agradecendo a Deus e ordenando-me a leitura da ata de julho, que foi aprovada na íntegra. Na sequência foram juntadas as justificativas válidas das conselheiras, sem leitura às presentes, por celeridade: Érica Zoller, Fabíola Mattozinho, Kátia Rodrigues Silva, Maria Augusta C.S. Marques, Meire Nogueira, Rosmary Corrêa, Tania Gonçalves, Vera Golik e Jamila Jorge Ferrari. Presentes portanto as conselheiras: Ana Karen Dias Warzeé, Aparecida Maria Prado, Elisabeth Valente, Ana Maria Lanatovitz, Clarice D’Urso, Deborah Malheiros, Elisa Gabriel, Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Marli Parada, Layla Sueiro Lopes Silva, Sandra Andreoni, Nálida Coelho Monte e Rossana Camacho. Ausentes as conselheiras: Fabíola Helena dos Santos Vieira, Margarete Gonçalves Pedroso, Marisa Ferreira da Silva Lima, Marli Cortez, Márcia Campos, Aparecida Costa, Maria Thereza Ortale e Míldima Ferreira. Seguindo a presidente Mariazinha destacou que compromissos assumidos na reunião anterior, constantes em ata, devem ser cumpridos, para que não caiam no esquecimento, ao menos, sejam enviadas justificativas pelo não cumprimento. Seguiu informando que os deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo. Devem votar Projeto de Lei da Deputada Janaína Paschoal este mês, assim teremos que tirar uma decisão do colegiado, hoje, sobre que encaminhamento daremos sobre o assunto, sugerindo ainda que sigamos até a Alesp. Mariazinha informou que a Conselheira Beth Valente, fará parte da comissão organizadora da V Conferência de Políticas Públicas para Mulheres, Sandra Andreoni informou que apesar de ter se comprometido em procurar a Deputada Janaína Paschoal, decidiu por não fazê-lo, pois não agregaria valor à causa, até porque a conselheira Marisa Ferreira e sua equipe estiveram muito entrosados e determinados no assunto, em vão. Porém reforçou que decidamos por um rumo a tomar para lutar contra este PL. Mariazinha disse que não cobrou a comissão de saúde, devido à falta de suas integrantes por motivos diversos, à exemplo, férias da Marisa Ferreira e viagem da Fabíola Campos. Sandra disse que a Deputada Janaína Paschoal foi a Brasília e percorreu todos os gabinetes por lá. Sandra Andreoni concluiu que isso pode determinar o sucesso do PL. Neste momento Beth Russo, tomou a palavra e pediu a Sandra Andreoni que explicasse quais são os procedimentos adotados no sistema SUS atualmente quanto aos partos. Sandra Andreoni esclareceu e fez um paralelo entre os fatos hoje e os do passado. Antigamente o parto normal, quando cobrado, era mais caro que as cirurgias cesarianas, para obrigar o parto natural. Hoje se inverteu a situação pois é mais cômodo para os médicos, assistentes, neonatologistas e anestesistas. Porém se privilegiarem a cirurgia será necessário envolver muitos profissionais. Na sequência a presidente pediu a aprovação da ata de julho. Aproveitando o momento Layla Sueiro, solicitou sua participação na Pré Comissão-organizadora, no que foi aprovada. Sandra Andreoni retomando seguiu informando que foi resgatado um grupo de profissionais de saúde atuantes nesta área, para discutirem o tema palpitante do citado PL. Beth Valente teceu informações sobre o projeto Cegonha, em Embú das Artes, no qual é presidente, e esclareceu que no Hospital de Embú, os médicos esperam até o último momento para ordenar a realização de uma cirurgia cesariana. Sandra Andreoni formada há 50 anos, lembrou que para se formar na época, tinham que cumprir 50 partos realizados, exigência inexistente hoje. Em seguida houve uma positiva discussão de opiniões contra e a favor do PL, que beneficiou o conhecimento de todas. Beth Valente, se posicionou dizendo que o direito de escolha foi uma das propostas encaminhadas na Conferência da Saúde. Sandra Andreoni disse que quando as mulheres estão absolutamente cientes e orientadas, a opção pelo parto natural se sobrepõe. Mariazinha seguiu dando oportunidade a Nálida Monte, que informou que houve uma mesa de discussão com a presença da Deputada Janaína Paschoal e emendou que hoje as mulheres chegam ao hospital e deparam com a falta de estrutura, sem água, sem anestesia, submetidas a “.................” desnecessárias, assim constrói-se a idéia que o parto natural é um procedimento muito doloroso. Nálida Monte coordenou pesquisa na qual constatou que 60% das mulheres querem parto natural e isso vem da má informação e violência obstétrica. O fato do parto sem cesariana, não significa que o procedimento será bom e de qualidade, concluiu. No Brasil mais de 50% dos hospitais públicos, segundo a Agencia Nacional de Saúde, aplicam o...................Nálida considera equivocado o entendimento do PL. A defensoria pública construiu uma moção de repúdio ao PL e um parecer técnico da saúde e um jurídico os quais Nálida Monte prometeu enviar ao CECF para conhecimento de todas. Continuou dizendo que a lei exige que a laqueadura não pode ser feita juntamente com o parto. Condições quanto ao número de filhos, idade mínima e 60 dias de intervalo entre a opção e a cirurgia. Tal procedimento somente pode ser feito no parto, excepcionalmente quando justificado segundo a Lei vigente dêsde 1997. Lei nº 9263/96 que foi instituída devido ao aumento do número de laqueaduras em mulheres negras. Mariazinha convidou Nálida Monte para participar da Comissão da Saúde. Sandra Andreoni, considerou urgente a decisão colegiada sobre o PL. Maria lembrou do pedido de desagravo não respondido pelas entidades OAB Federal e de SP. Rossana Camacho lembrou que temos que ter cuidado com o trabalho parlamentar, ainda que discordemos do PL. Nálida Monte informou que depois do PL em SP, foram propostos similares em outros estados e outro no Distrito Federal. Eu relatora questionei a Sandra Andreoni, se o PL poderia ser modificado para ser possível por fim a polêmica. Sandra Andreoni se posicionou dizendo que da forma e do desconhecimento apresentados na reunião, pode ser um problema a aprovação de dito PL. Clarice D’Urso se pronunciou alertando que a questão também é política. Decerto a deputada Janaína Paschoal tenha querido dar “aqui é público mas você tem opção de escolha”. Atualmente se a parturiente quiser e pedir não terá, assim em termos de direito é um avanço. Sandrá Andreoni interrompeu dando um exemplo, a vacinação do sarampo, que por falta de vacina.................................... A presidente colocou em votação a possibilidade de agendar com a deputada autora do PL, no que venceu de 8 votos a favor e 3 contra a visita. Assim a presidente informou que tão logo se agende, todas serão informadas. Mariazinha ordenou que aquelas que concordaram que estejam presentes na data. Seguiu agradecendo a comissão que realizou o evento da mulher negra e caribenha, considerando rico e interessante, além de grande aprendizado. Porém lamentou a ausência das conselheiras em evento tão relevante. A conselheira Elisa Gabriel foi a âncora no evento em consonância com as demais às quais cumprimentou dizendo-se “muito satisfeita” com a comissão. Elisa Gabriel agradeceu os elogios recebidos também lamentando a falta de várias colegas. Lembrou que somos um Conselho e fizemos o evento para homenagear o CECF. Beth Valente pediu desculpas pela ausência pois estava na Argentina. Eu relatora parabenizei a comissão dizendo que não havia outra palavra senão o sucesso. Rossana justificou sua ausência devido as 07:00 horas de viagem, consumidas para vir em evento em SP, lamentando que gostaria de vir na maioria das vezes. Por outro lado Rossana Camacho sugeriu levar para sua cidade eventos como este. Em Marília teve alguns eventos sobre a data, mas nada muito “forte”. Mariazinha lembrou que a Secretaria da Justiça inseriu nota em seu site sobre o evento. Clarice D’Urso parabenizou a Elisa Gabriel e Beth Ruso pelo evento. Mariazinha continuou falando da cartilha do tráfico de pessoas, quando Ana Lanatovisk informou que a cartilha está quase finalizada, no formato de perguntas e respostas. Mariazinha pediu a Déborah Malheiros que verificasse a possibilidade de imprimi-la. Déborah esclareceu que teria que ser enviado ofício com tiragem e o modelo para ser analisado pela secretaria. Clarice D’Urso informou que as respostas contém fundamento jurídico e há dúvida se deve ser inserida a bibliografia consultada. Mariazinha questionou sobre o prazo, donde foi respondida que final de agosto é uma possibilidade. Clarice D’Urso falou do evento de “tráfico de pessoas” realizado pela ex-conselheira Dalila Maranhão na Secretaria da Justiça, no formato roda de conversa, porém informou que o CECF não foi comunicado. Mariazinha passou a falar sobre o tradicional evento Outubro Rosa, para o qual devemos agendar data. Beth Russo sugeriu que poderia ser em mesma data da reunião ordinária, a tarde. Mariazinha sugeriu que fosse em 09 de outubro às 11 horas. Ana Lanatovisck sugeriu que extraordinariamente seja a reunião ordinária na Secretaria da Justiça, fato que teve a confirmação da Presidente que passou a palavra para a Conselheira Deborah Malheiros, que falou do ofício de 19/07/2019 do Conselho Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, com informe nº 9.585/18 publicado, convocando a V Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Este ofício definiu datas e eixos e os períodos das conferências. Em tal ofício a Sra. Marta Lívia, nossa convidada nesta data, e Lilrina Bacci são referências no Estado de São Paulo. Deborah Malheiros confirmou que tentou falar com o Conselho Federal, em vão, pois entende que necessita de nova publicação regulamentadora da conferência. Mariazinha externou sua preocupação com a realização da conferência. Deborah Malheiros disse que considera necessário a publicação do Regimento da conferência, pois lá estão as responsabilidades orçamentárias. Mariazinha manifestou-se sobre a presença da Sra. Bia e informou sobre a entrega das camisetas encomendadas conforme reunião anterior. Beth Russo sugeriu o livro “Miradas gênero e cultura de Mídia”. Rossana Camacho informou que está fazendo palestras sobre a Lei Maria da Penha com excelente repercussão em sua cidade. Lembrou que não está se posicionando em nome do CECF, apesar de citá-lo. Mariazinha informou que na data de ontem, numa entrevista à uma rádio também citou o CECF e pediu a todas que sempre se lembrem de citar o CECF.Ana Warzeé parabenizou Elisa Gabriel. Ana Lantovisk também o fez e aproveitou a fala para informar da “start up” “mete a colher” do Instituto Maria da Penha sobre violência doméstica, no site do Instituto. Anunciou o saldo de R$ 325,00 no caixa reserva. Marli Parada pediu desculpas pela ausência no evento e registrou a data de hoje 13 anos da Lei Maria da Penha. Eu relatora informei de minha participação como representante do CECF na comissão organizadora da Conferência São Paulo Sua, organizada pelo CNTU – Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados, que pretende realizar em 2020, com o objetivo de reunir propostas por uma São Paulo melhor. Mariazinha informou que esgotamos a pauta com temas polêmicos e declarou que estamos no caminho certo, chamando a atenção das comissões inativas ou com pouca atividade. 13 anos da Lei Maria da Penha talvez passe despercebida para muitos, mas para muitos mudou suas vidas. Informou que a Argentina pretende editar lei similar e que a referida lei aniversariante, é referência no mundo. Em comemoração aos 13º ano da Lei Maria da Penha a presidente encerrou a reunião ordinária de Agosto de 2019 lendo um texto intitulado “É preciso avançar” que reinvidica....................................e encerrou os trabalhos convidando as presentes para participarem do tradicional encerramento das reuniões ordinárias do CECF, com a gravação do vídeo e a feitura de fotos. Eu Aparecida Maria Prado, secretária geral lavrei e assinei \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ apresente ata, que será lida e aprovada por todas as conselheiras oportunamente.

**MARIA DOS ANJOS MESQUITA HELLMEISTER**

Presidente